

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO.....	19
2 – AS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO.....	25
2.1 Considerações históricas.....	26
2.2 Conceito e natureza jurídica: o inquérito parlamentar como um instrumento de investigação (criminal) preliminar.....	34
2.3 Procedimento e legislação infraconstitucional.....	39
2.4 Pressupostos e requisitos.....	47
2.4.1 Requerimento qualificado.....	48
2.4.2 Funcionamento das comissões parlamentares de inquérito no âmbito federal, estadual e municipal.....	50
2.4.3 Prazo certo.....	53
2.4.4 Fato determinado.....	56
2.4.5 Conclusões dos trabalhos.....	61
2.5 Funções e efeitos.....	66
2.6 O repensar do procedimento das comissões de inquérito: uma releitura sugerida.....	74
3 – PODERES DE INVESTIGAÇÃO DAS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO.....	79
3.1 Requerimento de diligências e viagens.....	86
3.2 Convocação de ministros, deputados, demais autoridades e testemunhas.....	88
3.3 Inquirir suspeitos.....	95
3.4 Requisições de documentos e informações a órgãos públicos e privados e requisição de serviços (inclusive policiais).....	97



3.5	Requisição de informações e auditorias ao Tribunal de Contas	101
3.6	Da quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico.....	102
3.7	Das buscas e apreensões	113
3.8	Da indisponibilidade de bens: medidas cautelares reais (patrimoniais)....	118
3.9	Da prisão.....	123
3.10	“Poderes de investigação próprios das autoridades judiciais”	126
4	– LIMITES À INVESTIGAÇÃO (CRIMINAL) PARLAMENTAR.....	139
4.1	O princípio da dignidade da pessoa humana.....	145
4.2	Ampla defesa e contraditório nas comissões de inquérito	150
4.2.1	A defesa pessoal: o direito ao silêncio e à não autoincriminação	157
4.2.2	A defesa técnica: a participação do advogado nas comissões parlamentares de inquérito	164
4.3	Reserva jurisdicional constitucional	170
4.4	Controle jurisdicional dos atos das comissões parlamentares de inquérito...	178
4.5	Da colegialidade das decisões	187
4.6	Fundamentação das decisões parlamentares.....	189
4.7	Da vedação da dupla investigação.....	195
4.8	Duração razoável da investigação parlamentar.....	200
4.9	Âmbito de competência: a questão do foro privilegiado	206
5	– CONSIDERAÇÕES FINAIS	211
	REFERÊNCIAS.....	217
	ANEXOS	223
	ÍNDICE ALFABÉTICO	231